XXV CONGRESSO DO CONPEDI - CURITIBA

SOCIEDADE, CONFLITO E MOVIMENTOS SOCIAIS

ANTONIO CELSO BAETA MINHOTO

SILVANA SOUZA NETTO MANDALOZZO

Copyright © 2016 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos.
Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS
Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN
Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP
Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC
Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:
Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH
Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR
Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini Sanches – UNINOVE
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)
Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:
Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF
Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDi
Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC
Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG
Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA
Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

S678
Sociedade, conflito e movimentos sociais [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UNICURITIBA;

Coordenadores: Antonio Celso Baeta Minhoto, Silvana Souza Netto Mandalozzo – Florianópolis: CONPEDI, 2016.
Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-5505-372-6
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: o papel dos atores sociais no Estado Democrático de Direito.
1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Congressos. 2. Sociedade. 3. Conflito. 4. Movimentos Sociais. Congresso Nacional do CONPEDI (25. : 2016 : Curitiba, PR).

CDU: 34

Florianópolis – Santa Catarina – SC
www.conpedi.org.br

XXV CONGRESSO DO CONPEDI - CURITIBA

SOCIEDADE, CONFLITO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Apresentação

No Grupo de Trabalho “Sociedade, Conflito e Movimentos Sociais I” foram apresentados diversos trabalhos envolvendo temas atuais e interessantes que se manifestam na contemporaneidade. A abordagem da maioria dos trabalhos se deu de uma forma interdisciplinar, o que demonstra a riqueza na construção dos artigos e a importância destes novos assuntos, especialmente no tocante a existência de conflitos, suas possíveis soluções, além de proposições de novos marcos para a explicação dos modernos movimentos sociais que existem em nossa sociedade. A seguir serão enumerados os trabalhos veiculados no congresso, seguindo-se a ordem de apresentação:

O trabalho “Violência Institucionalizada: Os conflitos que permeiam a sociedade do Século XXI”, escrito por Albo Berro Rodrigues e Ivo dos Santos Canabarro, abordou a questão de violência religiosa no Brasil, através de uma análise histórica, demonstrando a existência de preconceito étnico e violência existentes no Brasil.

O trabalho “Terrorismo de Estado” no contexto da sociedade brasileira, escrito por Antonio Celso Baeta Minhoto, analisou aspectos do terrorismo enquanto fenômeno em suas diversas áreas, fazendo também uma análise histórica evolutiva dele, conceituando-o como “elemento marcante de manifestação humana”.

O trabalho “Protagonismo dos Movimentos Sociais como atores internacionais na sociedade em rede globalizada”, cujos autores foram Isadora Kauana Lazaretti e Giovanni Olsson, apresentou a conceituação de atores internacionais e os movimentos sociais como seu protagonista, como atores emergentes que se intensificaram com a globalização e sua atuação com o uso das redes.

O trabalho “Impacto dos Movimentos Sociais brasileiro no sistema jurídico de combate ao crime organizado, custos de transações e protagonismo do Poder Judiciário decorrentes”, cujo autor foi Sandro Luiz Alves de Moura, sustentou a existência de dois tipos de movimentos sociais, quais sejam, perenes e ocasionais, analisando aqueles relacionados a produção legislativa de combate ao crime organizado no Brasil, nos últimos 5 anos, e o protagonismo do Poder Judiciário, além de outros fatores.

O trabalho “Constitucionalismo, democracia e a tensão insuperada – Como a litigância estratégica em defesa do casamento homoafetivo nos Estados Unidos superou a hipótese do backlash”, de autoria de Alessandra Prezepiorski Lemos, demonstrou a definição do fenômeno do backlash, e sua utilização em matéria de casamento homoafetivo em outro país. Demonstrou a importância de uma decisão progressista, onde posteriormente há uma movimentação popular para discutir o assunto.

O trabalho “Instrumentos para a captação de demandas sociais e o exemplo das influências culturais nas políticas públicas voltadas para o grupo LGBT”, cujos autores foram Marco Antonio Turatti Junior e Felipe Ferreira Araújo, abordou a necessidade de articulações de ações governamentais que percebam os problemas e demandas sociais, visando a melhoria da qualidade de vida dos grupos vulneráveis, neste caso voltadas ao grupo LGBT.

O trabalho “Cristo gay cruxificado: movimento LGBT, religião e liberdade de expressão”, cujos autores foram Ricardo Adriano Massara Brasileiro e Thiago Lopes Decat, analisou sob a ótica da Teoria do Direito, dois casos recentes afetos às comunidades LGBT ocorridos no Brasil – em 2011 e 2015, analisando a teoria liberal para enquadramento destas questões, realizando uma abordagem crítica.

O trabalho “Criminalização da Política e dos Movimentos Sociais”, de autoria de Maysa Carvalhal Dos Reis Novais e Larissa Leilane Fontes de Lima, analisou a política de repressão do Estado Brasileiro em relação às manifestações sociais, fazendo um resgate histórico dos meios de pacificação utilizados desde o período da Regência até os dias atuais.

O trabalho “A ocupação dos espaços públicos à luz de Walter Benjamin e Chantal Mouffe”, cujos autores foram Lívia de Meira Lima Paiva e José Antonio Rego Magalhães, abordou a questão das ocupações dos espaços públicos por diferentes atores da sociedade civil não satisfeitos com o poder público. Demonstrou que essas ocupações interrompem a representação e inauguram uma nova tomada de decisões na democracia.

O trabalho “Direito de resistência e movimentos sociais: o agir coletivo na concreção da cidadania”, de autoria de Luan Guilherme Dias e Lucas De Souza Lehfeld, demonstrou a possibilidade de utilização do direito de resistência, que concretiza a cidadania, especialmente em ações de desobediência civil, fortalecendo a democracia. Mencionou que este direito existe desde o Código de Hamurabi e possui legitimidade histórica.

O trabalho “A justiciabilidade dos direitos humanos como forma de superação da violência institucional, de autoria de Manuel Maria Antunes De Melo, demonstrou que as instituições

jurídicas não são capazes de romper com a violência institucional. Abordou o fato do crescimento desta espécie de violência, o que desafia o ideal de Aristóteles, “de viver bem, para e com os outros, em instituições justas”.

O trabalho “Reconhecimento, diferença e subjetividade étnica”, cujos autores foram Laira Correia De Andrade e Paulo Raimundo Lima Ralin, estudou a questão da compreensão da subjetividade e analisou posteriormente a identidade enquanto movimento na história, que se transforma. Analisou a questão concreta da tribo indígena dos Xocós e a sua questão de identidade.

O trabalho “Medo da violência urbana e segregação na cidade: Um estudo de caso do Fórum Abelardo Penna em Uberlândia/MG”, de autoria de Carolina Guerra e Souza, partiu de uma indignação pessoal, analisando o fechamento do entorno do Fórum de Uberlândia (Palácio da Justiça Abelardo Penna), segregando o espaço público. Demonstrou que o posicionamento segregacionista está distante para se tornar uma solução viável para o medo e a insegurança.

O trabalho “Os movimentos sociais e sua participação na criação e desenvolvimento do SUS no Brasil”, de autoria de Paulo Roberto De Souza Junior, analisou a participação dos movimentos sociais na área da saúde no Brasil. Demonstrou que esses atores nasceram entre as décadas de 60 a 90, tendo como meta a luta por políticas e programas que garantam a igualdade e a universalidade do direito à saúde, situando historicamente o SUS, especialmente a partir da Constituição Federal.

O trabalho “A influência dos movimentos sociais para a consolidação do acesso à Justiça no Brasil: Um estudo de caso do movimento nacional de luta contra AIDS”, de autoria de Adriana Andrade Miranda e Silvana Beline Tavares, analisou de forma crítica a atuação do movimento nacional de luta contra AIDS na garantia do acesso à justiça para estas pessoas. Demonstrou que há uma reivindicação do grupo de acometidos, que não conseguem resolver o problema de preconceito, quer individualmente, quer coletivamente.

O trabalho “Atores sociais da esfera pública: o papel dos movimentos sociais e partidos políticos na efetivação de direitos humanos e no reconhecimento”, de autoria de Joyce Santos De Oliveira, enfocou a importância do papel dos partidos políticos e movimentos sociais na articulação discursiva dos direitos humanos, ampliando o potencial destes direitos e da democracia.

O trabalho “A crise do Estado nacional: Democracia e cidadania”, de autoria de Norma Sônia Novaes Campos e Hernani Martins Junior, demonstrou a crise mundial do Estado Nacional,

emergindo crise política com insatisfações. Especificou que começam a existir canais de comunicação alternativos.

O trabalho “A emancipação social em prol de uma gestão adequada do conflito”, sujos autores foram Ricardo Alejandro Lopez Tello e Adriana Silva Maillart, enfocou a utilização de meios consensuais de resolução de conflitos como instrumentos de colaboração para a transformação e emancipação da sociedade. Analisou a utilização da Sociologia, na gestão de mecanismos consensuais de resolução de conflitos, realizando a liberdade e autonomia dos indivíduos. Apregoa a solução dos conflitos pelas próprias partes, que é melhor do que a decisão judicial.

O trabalho “Pluralismo jurídico de António Manuel Hespanha: Um estudo do Decreto Presidencial nº 8.243/2014 à luz da teoria da ação comunicativa de Habermas”, cujos autores foram Clayton Moreira de Castro e Samir Alves Daura, analisou os consensos comunitários que seriam possíveis por meio da Política Nacional de Participação Social, instituída pelo Decreto mencionado, conhecido como “decreto bolivariano de Dilma”. Mencionou que o Estado hoje não é a única fonte de poder e a Constituição Federal fomenta a participação popular nas políticas públicas.

O trabalho “Os movimentos sociais como alternativa para a efetivação da participação cidadã no Estado Democrático de Direito”, cujos autores foram Elisaide Trevisam e Julio Trevisam Braga trouxe uma reflexão sobre os movimentos sociais na participação dos cidadãos no estado Democrático de Direito, realizando um contexto histórico desde a década de 70. Trouxe como proposta um debate sobre as possíveis alternativas de participação política na atualidade social e política. Mencionou que estes movimentos acabam se fortalecendo para se tornarem mediadores de uma crise política.

Prof. Dr. Antonio Celso Baeta Minhoto – UNICSUL

Profa. Dra. Silvana Souza Netto Mandalozzo - UEPG

O PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO ATORES INTERNACIONAIS NA SOCIEDADE EM REDE GLOBALIZADA

THE PROMINANCE OF THE SOCIAL MOVEMENTS AS INTERNATIONAL ACTORS IN THE GLOBALIZED NETWORK SOCIETY

Isadora Kauana Lazaretti
Giovanni Olsson

Resumo

O presente artigo tem o escopo de compreender o protagonismo dos movimentos sociais enquanto atores internacionais na sociedade internacional globalizada e sua atuação na sociedade em rede. Trata-se de importantes atores internacionais não estatais que exercem um relevante papel, atuando em rede e de forma interligada no espaço virtual e real, por meio de uma coletividade de indivíduos na busca de objetivos comuns. Hoje, a sociedade internacional é informacional e tecnológica, e os movimentos sociais atuam e se disseminam através das redes, principalmente por meio da Internet e de fluxos de comunicação instantânea que atingem todos as partes do globo.

Palavras-chave: Movimentos sociais, Ator internacional, Sociedade em rede, Globalização

Abstract/Resumen/Résumé

This article aims to understand the prominence of the social movements whilst international actors in the globalized international society, and its performance in the network society. They are important non-governmental international actors which play an important role, acting in network and in an interconnected way in the virtual and real space, through a collectivity of individuals in search of common goals. Nowadays the international society is formational and technological, and the social movements act and are disseminated through the networks, mainly through the Internet and of instant communication flows which reach the whole globe.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Social movements, International actor, Network society, Globalization

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre o protagonismo dos movimentos sociais na sociedade internacional globalizada em rede. Os movimentos sociais constituem importantes atores internacionais de caráter não estatal que exercem um relevante papel na ordem internacional. Trata-se, assim, de coletividades formadas por indivíduos que atuam na busca de objetivos comuns, realizando, especialmente, reivindicação de direitos e protestos em temas que contrariam interesses da sociedade civil.

A história dos movimentos sociais é bastante antiga, mas sua disseminação pelo mundo intensificou-se a partir do fenômeno da globalização, em razão do avanço das tecnologias nas áreas da informática, dos meios de transporte e principalmente dos meios de comunicação.

Com isso, o objetivo geral do presente artigo consiste em analisar o real protagonismo dos movimentos sociais na sociedade internacional globalizada em rede. Especificamente, este estudo tem o propósito de compreender os movimentos sociais enquanto atores internacionais no atual cenário internacional; estudar a sociedade internacional, os nuances do fenômeno da globalização e a sociedade em rede; e, por fim, explorar o protagonismo dos movimentos sociais na sociedade em rede global.

A importância do tema justifica-se pelo relevante papel que os movimentos sociais ocupam atualmente, e ainda, pela proporção que a disseminação desses atores em rede está tomando atualmente. Ademais, o estudo se mostra relevante inclusive para a esfera social, porque os movimentos sociais atuam na busca de objetivos comuns, geralmente ligados a questões públicas como direitos humanos, saúde, educação, meio ambiente, segurança e combate à corrupção, com a finalidade de atingir mudanças sociais que formem um contexto de melhor qualidade de vida para toda a sociedade civil.

Trata-se, portanto, de um tema complexo, extremamente contemporâneo e relevante, porque, assim como os movimentos sociais, o estudo das redes ainda será frequentemente debatido no campo da ciência das Relações Internacionais.

Por fim, a partir do método dedutivo e adotando-se o caráter qualitativo para a presente pesquisa, este artigo foi redigido com o uso da técnica da pesquisa bibliográfica.

2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO ATORES INTERNACIONAIS

A noção de ator internacional constitui um dos principais objetos de estudo da ciência das Relações Internacionais. Essa categoria está inserida na problemática das relações internacionais e configura uma das bases estruturais desse campo do conhecimento. Trata-se de um agente cuja caracterização no cenário internacional constitui uma tarefa extremamente complexa e árdua.

A palavra "ator" deriva do latim "*actore"*, e significa "agente do ato", ou seja, "aquele que atua, interpreta, que desempenha um papel previamente definido". Essa é a noção geral de ator, e, na esfera internacional, é possível considerar o ator como um agente que "participa das relações internacionais e da dimensão dinâmica da sociedade internacional" (OLIVEIRA, 2013, p. 183).

Existe uma dificuldade na caracterização dos atores internacionais, e tal dificuldade é decorrente de "uma confusão entre a noção de ator e a noção de papel cumprido; todos os atores potenciais não são forçosamente atores reais e todos os atores reais não cumprem necessariamente o mesmo papel" (MERLE, 1981, p. 213). Os atores internacionais atuam na dimensão dinâmica da sociedade internacional, a qual é formada por um conjunto de agentes que "se influenciam e se relacionam mutuamente, inteirando-se em ações de cooperação ou conflito, formando conjuntamente um todo, um todo relacional singularizado" (OLIVEIRA, 2014, p.97).

O conceito de ator internacional pode ser ainda identificado nas palavras de Barbé (1995, p.117), ao afirmar que "o ator internacional é aquela unidade do sistema internacional (entidade, grupo, indivíduo) que tem habilidade para mobilizar recursos que lhe permitem alcançar seus objetivos e capacidade para exercer influência sobre outros atores do sistema e que goza de certa autonomia".

Importa salientar que a noção de ator internacional não se confunde com a noção de sujeito de direito, e de forma alguma o primeiro pode ser tido como sinônimo do segundo. Nesse viés, "ator é qualquer ente que estabeleça fluxos ou relações de nível internacional, sejam eles políticos, jurídicos, econômicos ou culturais" (OLSSON, 2003, p. 550).

O papel dos atores internacionais é outro aspecto que merece destaque. Rodrigues (1994, p.13) analisa essa ideia de papel internacional como uma "suposta função que um determinado ator internacional exerce no cenário internacional".

A doutrina clássica das Relações Internacionais considera algumas classificações dos atores internacionais, atendo-se, por exemplo, a "questões de natureza territorial para atores

estatais e nas funcionais para os não estatais, concentrando-se ainda no grau de importância". Isto é, "pautando-se naqueles operadores que denominam de privilegiados ou principais e nos de menor capacidade de atuação e força de decisão no cenário internacional", além de considerar ainda o "grau de autonomia e coesão interna, com relação à estabilidade de vínculos existentes entre os membros do grupo de agentes" (OLIVEIRA, 2014, p. 98).

Sobre a tipologia dos atores internacionais, Merle (1981, p. 213) considera a existência de três espécies distintas. O autor atenta que "podemos considerar atores das relações internacionais: 1º os Estados; 2º as Organizações internacionais ou, mais precisamente, as Organizações intergovernamentais (OIG); 3º as forças transnacionais que se subdividem elas próprias em dois grupos: as Organizações Não governamentais (ONG) e as firmas multinacionais".

A tipologia dos atores internacionais, partindo da concepção geral adotada por Oliveira (2014, p. 99), abrange três modalidades de atores internacionais: a) atores tradicionais; b) novos atores; e c) atores emergentes. Os atores tradicionais são os Estados e todos os seus desmembramentos. Já os novos atores compreendem as organizações internacionais, organizações não governamentais e as empresas transnacionais. E os atores emergentes, por sua vez, são aqueles que atuam das mais variadas formas e exercem os mais diversificados papéis, "abarcando múltiplos universos, representantes dos tempos contemporâneos, como os movimentos sociais e os globais, grupos privados e grupos sociais, indivíduos, governos não centrais, opinião pública, partidos políticos, associações religiosas [...]", dentre outros (OLIVEIRA, 2014, p. 101-102).

Para Fernandes (1998, p. 33), "os Estados, organizações internacionais e as empresas multinacionais constituem as três variáveis da estrutura da comunidade internacional e são os principais centros autônomos decisão e os agentes das relações internacionais". O mencionado autor ainda admite a multiplicação de "organismos de alcance internacional: associações, grupos de pressão (igrejas, sociedades de capitais, sindicatos), federações de partidos políticos transnacionais" etc.

Além da classificação tradicional entre atores estatais e não estatais, emerge uma nova subclassificação estudada por Oliveira (2015, p. 39), que divide os atores não estatais em "pacíficos" e "violentos". Os atores não estatais pacíficos seriam aqueles denominados luminosos em razão de suas características pautadas na paz, no humanismo e na cooperação, e, por sua vez, os atores não estatais violentos seriam os obscuros, em razão de seus desenhos de agressão, conflito e destruição.

A emergência dessa multiplicidade de atores internacionais está ligada a uma série de fatores e acontecimentos que se manifestaram na ordem internacional nas últimas décadas. O mundo era até então compreendido como uma mera reunião de Estados enquanto o único ator internacional reconhecido. Novos recortes internacionais passam a se verificar, de modo que os velhos atores internacionais (Estados e organizações internacionais) passam a desempenhar novos papeis, e, diante disso, surgem propriamente novos atores internacionais atuando ao lado dos velhos atores, emergindo, assim, uma nova realidade contemporânea, dotada de novos desenhos e protagonismos (OLSSON, 2003, p. 550).

O surgimento de novas tipologias de atores internacionais proporcionou uma reconfiguração das relações internacionais, fazendo com que aumentasse sua complexidade, estabelecesse uma polaridade incerta e acentuasse ainda mais os vínculos da interdependência, tendenciosamente à cooperação entre os demais atores da ordem internacional (BEDIN, 2001, p. 323).

O considerável aumento dos fluxos de produtos, recursos, pessoas e informações, transcendendo as fronteiras territoriais dos Estados, fez com que emergisse um novo fenômeno, relacionado e por decorrência do fenômeno da globalização, que é a transnacionalidade. Tal fenômeno foi decisivo para o surgimento da sociedade internacional contemporânea, considerada extremamente complexa, interdependente e marcada especialmente pela atuação dos atores internacionais não estatais (REYNALDO, 2014, p.365).

Nesse sentido, tem-se que os atores internacionais emergentes exercem funções bastante variadas, além de atuarem nos mais diversos espaços. Nessa categoria de atores emergentes, é que se situam os movimentos sociais, temática central do presente artigo, cujo estudo se faz necessário para compreender o protagonismo desses atores na ordem internacional globalizada em rede.

O surgimento desses atores na arena internacional se deu durante o decorrer das décadas de 60 e 70, período em que houve a intensificação da participação popular nas relações dos Estados pela movimentação de indivíduos e grupos que, na busca de objetivos comuns, passaram a penetrar na política global sem vinculação aos Estados ou organizações internacionais (OLIVEIRA, 2014, p.117).

A partir do momento em que a sociedade internacional contemporânea começa a sofrer transformações, novos sujeitos sociopolíticos e culturais emergem nesse cenário, como os movimentos sociais globais “anti ou alterglobalização, movimentos transnacionais, entidades civis modernas, fóruns, conselhos e câmaras de participação”, que surgiram especialmente por decorrência dos conflitos sociais que se internacionalizaram rapidamente (GOHN, 2013, p. 11).

O objeto de estudo que envolve os movimentos sociais é antigo, mas se intensificou a partir do rompimento das fronteiras decorrente do fenômeno da globalização, do surgimento de novas tecnologias e do avanço nos meios de comunicação e transporte (IOKOI, 2007, p. 09).

Nesse viés, os movimentos sociais constituem-se enquanto atores internacionais, caracterizados por coletividades não estatais, considerados como "fenômenos complexos e imprevisíveis". Podem ser facilmente identificados a partir da mobilização solidária francesa ocorrida em 1989 a 1992, com a formação de federações, associações e grupos coletivos, demonstrações públicas, greves, manifestações, encontros coletivos e negociações coletivas (MATTAR, 2013, p. 115).

O surgimento dos movimentos sociais pode ser ainda observado pela ocorrência da migração de multidões de pessoas para as zonas rurais na época em que ocorreu a transição do feudalismo para o capitalismo. Essas multidões formaram uma nova classe, conhecida como "proletariado urbano", fator culminante para originar os movimentos sociais como uma "forma moderna distinta de ação coletiva". Nesse viés, "os movimentos sociais trouxeram nova dimensão à ação coletiva, porque seus participantes viram a ordem social como contestável e maleável ao invés de natural e determinada" (BUECHLER, 2000, p.5).

Castells (2013, p.20) considera que as raízes dos movimentos sociais estão na "injustiça fundamental" presente na sociedade, "implacavelmente confrontadas pelas aspirações humanas de justiça". Vários foram os fatores que contribuíram para a formação e o surgimento desses movimentos na sociedade civil, como, por exemplo, exploração econômica, pobreza, desigualdades sociais, fome, racismo, xenofobia, degradação do meio ambiente e outras várias atrocidades presentes no espaço global.

Os movimentos sociais, são, portanto, atores coletivos, "que compreendem a si mesmos de terem interesses comuns e pelo menos alguma parte significativa de sua existência social". Importa salientar que, apesar de serem coletividades, os movimentos sociais distinguem-se dos demais atores coletivos, especialmente aqueles ligados à mobilização em massa, detentores de influência e poder (SCOTT, 1990, p.6).

Podem ser ainda conceituados como uma organização coletiva estruturada e identificada, que tem a finalidade de "arregimentar um certo número de pessoas, que decidem coletivamente mudar, alterar uma situação de injustiça social, propugnando por uma sociedade mais justa, com maior inclusão social". Contudo, importa salientar que os objetivos dos movimentos sociais na esfera global são os mais diversos, e, geralmente, estão ligados a questões envolvendo meio ambiente, saúde pública, direitos humanos e gênero (SANTOS, 2007, p. 29).

Os movimentos sociais são conhecidos como “fenômenos coletivos provenientes da sociedade civil, organizados e mobilizados para questionar, resistir, propor alternativas sistêmicas e de alteração do status quo”, e atuam na busca de vencer as diversas formas de dominação que se fazem presentes na nossa sociedade (FAZIO, 2014, p.324).

Essas coletividades de indivíduos ocupam relevante papel enquanto “operadores da ampla rede dos atores não estatais”. Podem se localizar em vários Estados, uma vez que se encontram interligados e comprometidos conjuntamente por um objetivo comum, independente da vontade dos Estados dos quais exercem sua atuação (OLIVEIRA, 2014, p.109).

Os movimentos sociais são considerados “atores sociais” e mobilizam-se em torno de seus objetivos, interagindo com o poder do Estado, sendo capazes, inclusive, de influenciar o próprio poder de decisão dos Estados em determinados temas e questões que envolvem o ente estatal, resultando na ampliação dos poderes de atuação e da influência dos movimentos sociais no plano externo (FAZIO, 2014, p.324).

Eles podem ser considerados ainda, a partir da concepção formulada por Gohn (2012, p.19), como “fenômenos históricos” que decorrem, especialmente, de disputas sociais, que se transformam por força das mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil, inclusive no âmbito global.

Os movimentos sociais demonstram um verdadeiro potencial reformador, uma vez que a atuação desses movimentos na esfera global busca alcançar um equilíbrio na escala global. Esse potencial reformador “tem lugar em sua política dual, ou seja, defende o mundo da vida contra a colonização pela lógica sistêmica, ao mesmo tempo em que pretende influenciar na política do Estado” (FAZIO, 2012, p. 75).

Os movimentos sociais “defendem espaços para a criação de novas identidades e solidariedades e buscam tornar as relações dentro das instituições da sociedade civil mais igualitárias e democráticas” (ARATO; COHEN, 2000, p. 568).

Castells considera que os movimentos sociais de hoje são formados por indivíduos, porque se agrupa a experiência de vida de diversas pessoas em “convenientes categorias da estrutura social. Para Castells, “os movimentos sociais são a fonte da mudança social, e portanto da constituição da sociedade” (2013, p.21).

Na sociedade internacional contemporânea, os movimentos sociais se classificam como atores internacionais não estatais e ocupam um espaço extremamente importante que não pode mais ser ignorado, na medida em que demonstram que são múltiplos atores, mas, ainda, demonstram suas agendas, seus objetivos e interesses e seus “canais de interconexão” (FAZIO, 2014, p. 323).

Assim, compreendida, primeiramente, a noção de ator internacional e analisada a temática dos movimentos sociais enquanto atores internacionais na sociedade internacional contemporânea, a atenção passa a ser dedicada ao estudo da sociedade internacional em rede e ao fenômeno da globalização.

3 A SOCIEDADE INTERNACIONAL GLOBALIZADA EM REDE

A partir do final do século XX, a sociedade internacional tornou-se palco de inúmeras e consideráveis transformações, que resultaram em uma redefinição no campo da economia, da política e do próprio cenário internacional. Emerge uma nova percepção quanto a noção de tempo e espaço, uma vez que distâncias parecem ficar menores e o tempo parece ficar mais curto (OLSSON, 2003, p. 90).

Essa noção de "compressão" do tempo e do espaço é considerada por Santos como uma "aceleração do mundo", reflexo do fenômeno da globalização. A aceleração seria, para Santos (1998, p.192), "um resultado também da banalização da invenção do perecimento prematuro dos engenhos e de sua sucessão alucinante".

A redefinição da ideia de tempo e espaço é ainda estudado por Ianni (1999, p.209), que a identifica a partir de uma percepção que parte da premissa de que "além do localismo, do nacionalismo e regionalismo, em geral constituídos com base em noções de tempo e espaço [...], o globalismo abre outros horizontes de historicidade e territorialidade".

A partir daí, emerge uma nova realidade na sociedade internacional por conta da globalização, que constitui um dos mais significativos fenômenos com reflexos exclusivos em acontecimentos políticos, econômicos e sociais, considerado, assim, uma nova e complexa fase da história da sociedade a nível mundial (BEDIN, 2003, p.505).

O estudo do surgimento desse fenômeno é realizado a partir de um conjunto de aspectos históricos. Robertson (2000, p.88) entende que o fenômeno da globalização emergiu na sociedade internacional a partir de cinco fases que denotam acontecimentos cronologicamente organizados. A primeira, denominada de "fase embrionária", marcada pela emergência das estruturas nacionais, pela queda do feudalismo e pela evolução dos conceitos de indivíduo e de sua relação com a humanidade; a segunda, chamada de "fase incipiente", caracterizada pela concepção do Estado de feição unitária, com a uniformização de conceitos como cidadania e gênero humano, marcada, ainda, pela emergência de problemas verificados entre o nacional e o internacional; a terceira, "fase da decolagem", que se revelou pela intensificação de tendências globalizantes a partir da concepção de um mundo formado por uma

sociedade internacional. Nessa fase, verifica-se um dos principais marcos históricos que é a ocorrência da Primeira Guerra Mundial; a quarta, "fase da luta pela hegemonia", marcada especialmente por lutas sobre o processo econômico e emergência da Guerra Fria e da Organizações das Nações Unidas; e, por fim, a quinta, "fase da incerteza", caracterizada pela acentuada consciência global, com emergência de movimentos sociais e demais instituições preocupadas especialmente com o meio ambiente e gênero humano, irrupção de conflitos violentos, avanços tecnológicos, armamento nuclear, etc.

A globalização é definida por Arnaud (1999, p.16) como um "processo social, econômico, cultural e demográfico que se instala no coração das nações e as transcende ao mesmo tempo" de modo que a atenção dispensada aos processos, identidades e unidades de análises locais tornem inconclusa a compreensão do local.

Esse fenômeno é visível pelo avanço das tecnologias no campo das comunicações, transportes e informática, impulsionando ainda mais o capitalismo e consequentemente, redefinindo a própria economia mundial. Com a emergência da globalização, ocorreu uma verdadeira superação das dificuldades na comunicação, tornando esta instantânea e em tempo real, a partir de fluxos e processamento de dados em larga escala. Ao mesmo tempo, ocorreu a expansão intensa do capitalismo para todas as regiões do globo, especialmente pela intensificação e alargamento dos mercados financeiros, em face do rompimento das fronteiras estatais (OLSSON, 2003, p. 94).

A globalização configura, assim, não apenas uma etapa do progresso da internacionalização, mas, sim, uma nova releitura do capitalismo a nível mundial (CHESNAIS, 1996, p.13). A globalização corresponde, então, a "uma integração de natureza eminentemente sistêmica, acima de tudo alicerçada na especialização e 'mercantilização' do conhecimento, na eficiência, na tecnologia, na competitividade, na produtividade e no dinheiro" (FARIA, 1999, p.52).

Bedin (1999, p. 137) aponta que a globalização se impulsionou na sociedade internacional em razão de forças políticas, econômicas e sociais, a partir de cinco elementos históricos decisivos para a emergência desse fenômeno: a) o fim do comunismo, na medida o sistema capitalista ficou sem competidores; b) o surgimento de uma era de indústrias de inteligência artificial, fruto da criação humana, ocasionando a desterritorialização da produção; c) o crescimento acelerado, o deslocamento e o envelhecimento da população foram fatores determinantes para a ocorrência de uma série de mudanças no sistema capitalista; d) a emergência de uma economia global, que resultou na possibilidade de produzir, adquirir e

vender um bem em qualquer parte do mundo; e, por fim, e) a caracterização do mundo "como um espaço político multipolar sem um poder hegemônico".

A globalização constitui um caminho sem volta, visto como uma realidade efetiva, presente atualmente no nosso cotidiano e que não se sabe que rumo ainda irá tomar, na medida em que é analisada como um processo irreversível ou um sistema irremediável de mundo (OLIVEIRA, 2004, p. 210). Esse fenômeno foi propulsor e decisivo para o estabelecimento de um novo contexto mundial, face ao surgimento de novos atores no cenário internacional, que protagonizam juntamente com o Estado.

Importa ressaltar que, em que pese esse novo cenário, "o Estado Moderno ainda não desapareceu e não desaparecerá [...]", uma vez que o Estado "foi e continua a ser um doa maiores e mais essenciais fenômenos que a engenharia política e a sociabilidade humana conseguiram produzir em todos os tempos", mas é certo que possui sua soberania relativizada e, consequentemente, enfraquecida em razão da emergência de novos atores que atuam lado a lado na sociedade internacional (BEDIN, 1999, p. 138-139).

Nesse sentido, com a eclosão da globalização, a sociedade internacional passou a apresentar duas características essenciais: a multiplicidade e a não-integração, no sentido de que é formada por uma série de sociedades nacionais e demais protagonistas, e por não possuir uma autoridade superior a nível mundial (OLSSON, 2003, p. 118).

Dentre as inúmeras características do processo de globalização, merece destaque ressaltar a relevância da associação entre capital e tecnologia nas comunicações e informática, uma vez que o sistema financeiro passou a se expressar através de "redes telemáticas globais", criando "condições para a transferência instantânea de recursos para qualquer parte do mundo" (FARIA, 1999, p. 68).

Assim, o rompimento das fronteiras estatais e a expansão do capitalismo, somado aos avanços tecnológicos especialmente nos meios de comunicação e transportes proporcionaram uma revolução da era digital, que transformou a noção de tempo com a superação de distâncias pela presença virtual em tempo real. Nesse novo contexto, a sociedade internacional ficou marcada pela revolução tecnológica informacional, justamente por essa tendência aos meios de comunicação e informática (ou telemática), aspectos tecnológicos consideravelmente desenvolvidos no decorrer da eclosão da globalização.

Atualmente, existe inserção na era informacional, uma vez que os avanços tecnológicos permitiram transformações no nível mais essencial da sociedade, tendo em vista que novos instrumentos passaram a fazer parte do mundo em redes globais de instrumentalidade (CASTELLS, 2006, p. 57).

A revolução tecnológica e informacional pode ser assemelhada, de certo modo, com a Revolução Industrial, porque a emergência desse novo contexto desencadeou na transformação das bases da economia, da sociedade e da própria cultura. Contudo, na era tecnológica que atualmente se manifesta, verifica-se o diferencial decorrente da informação e da comunicação como principais aspectos característicos dessa nova era, tendo como base novos conhecimentos científicos e tecnológicos (FAZIO, 2014, p.344).

Essa revolução ainda está em constante movimento e transformação, porque constitui um fenômeno recente e que está conduzindo o mundo para rumos desconhecidos. A utilização dos meios de comunicação instantâneos e interconectados através do sistema de redes opera e dissemina a informação em diferentes níveis (OLIVEIRA, 2016, p. 42).

Nesse viés, Castells (2006, p. 68) estuda a sociedade em rede e considera que "a tecnologia da informação é para esta revolução o que as novas fontes de energia foram para as revoluções industriais sucessivas, do motor a vapor à eletricidade, aos combustíveis fósseis e até mesmo à energia nuclear".

As características determinantes da atual revolução tecnológica verificam-se pela aplicação de conhecimentos e informação para a geração de novos conhecimentos, além da criação de dispositivos de processamento e comunicação da informação (CASTELLS, 2006, p. 69).

Por força do fenômeno da globalização, "a tecnologia insere-se nas relações de interação entre os indivíduos e o meio em que vivem e, a cada momento, oferecendo-lhes novas possibilidades de ação", incorrendo em transformações na organização da sociedade (FAZIO, 2014, p. 345).

Importa salientar, todavia, que a noção de rede não está ligada tão-somente à emergência do processo de globalização, mas a proliferação isolada das tecnologias de comunicação e informática. Essa noção de rede torna possível a compreensão de "relações e articulações que acontecem no âmbito local, assim como as inter-relações quanto ao mundo global, como se fosse um conceito que agrega uma nova percepção às relações sociais" (MAIA, 2016, p.303).

A sociedade em rede não é caracterizada em si um fenômeno novo, mas suas extraordinárias transformações tecnológicas e o uso das redes e da Internet foram responsáveis pela reconfiguração do contexto mundial, rearticulando os elementos sociais em organização (OLIVEIRA, 2016, p. 78).

Castells (2006, p. 565) elenca que as redes são uma "nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura".

Assim, a atual sociedade internacional contemporânea, "globalizante, interdependente e multidimensional", é marcada por redes de integrações complexas, que se encontram interconectadas por uma multiplicidade de atores que protagonizam as atuais relações internacionais (SILVA, 2016, p. 231).

Por fim, estudada a sociedade internacional, os desenhos da globalização e o fenômeno da rede, passa-se ao estudo dos movimentos sociais enquanto protagonistas dessa sociedade globalizada em rede que atualmente se complexifica no cenário internacional.

4 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E SEU PROTAGONISMO NA SOCIEDADE GLOBAL EM REDE

Os movimentos sociais são considerados atores internacionais não estatais, que emergem neste novo século como "novíssimos sujeitos sociopolíticos e culturais". A sociedade internacional que se formou a partir da década de 90 e o modelo de associativismo que vem se intensificando e tomando espaço desde a década de 2000 estão caracterizados pelas tendências dos movimentos sociais em se organizarem e se articularem em redes (GOHN, 2013, p.11).

A sociedade internacional é formada por uma série de distintos atores internacionais que protagonizam o atual cenário por meio de sua atuação em ações sociais coletivas na busca de atingir os mais variados objetivos, como, por exemplo, associações civis, organizações não governamentais e movimentos sociais. A partir de tal noção, os movimentos sociais se manifestam no domínio internacional através de ações coletivas realizadas na luta da garantia de direitos, defesa da cidadania, proteção social e participação política.

Nessa linha, Fazio (2014, p. 349) considera que essas ações coletivas "são criadas a partir de múltiplas redes sociais concebidas por laços de afinidade e cooperação, articuladas por indivíduos com identidade comum e ideias compartilhadas".

A marcante atuação dos movimentos sociais se intensificou e tomou maior espaço nas redes sociais da internet, que, na concepção de Castells (2013, p.2), constituem espaços autônomos que fogem do controle estatal. A partir disso, os movimentos sociais foram se conectando e planejando projetos com os mais diversos objetivos, formando redes em função de razões, opiniões pessoais ou filiações organizacionais. A união dos indivíduos fez com que

ocupassem um importante espaço público com as reivindicações de seus direitos de fazer história.

Desta forma, com a construção de redes de informação e cooperação, os movimentos sociais passaram a atuar de forma interligada, congregando esforços comuns para se viver num mundo com maior qualidade de vida, na medida em que os objetivos de atuação se destinam a questões envolvendo meio ambiente, educação, saúde, gênero e, especialmente, proteção aos direitos humanos (OLIVEIRA, 2016, p. 19).

Gohn (2013, p.13) considera a existência de diversas formas de associação civil organizadas em rede, como, por exemplo, os movimentos sociais, associações comunitárias, fóruns, conselhos e câmaras, dentre outros. Essas formas de associação podem ser agrupadas em três blocos: (*i*) movimentos e ações de grupos identitários que lutam por direitos, que constituem movimentos de segmentos sociais menos favorecidos e que reivindicam direitos sociais, econômicos, políticos e culturais; (*ii*) movimentos e organizações de luta por melhores condições de vida e de trabalho; e (*iii*) movimentos sociais globais ou globalizantes, caracterizados por disputarem em redes sociopolíticas e culturais.

Os movimentos sociais possuem a capacidade de colherem resultados concretos, de modo que o potencial dessas coletividades "vincula-se, também, ao fato de concretizarem um conjunto muito amplo de iniciativas que, inequivocadamente, já dão forma a um movimento contra-hegemônico". Mesmo que os resultados dessa atuação não sejam vitoriosos e as ações promovidas pelos movimentos sejam insuficientes, a atuação dos movimentos sociais no espaço global se mostra extremamente necessária (FAZIO, 2014, p. 357).

Os movimentos sociais são atores internacionais capazes de gerar solidariedade social e coesão, impulsionando pessoas na busca de um objetivo sem que haja qualquer contraprestação em troca dessa atuação. Os movimentos sociais "mobilizam ideias e valores e geram saberes e aprendizado coletivo" (GOHN, 2013, p. 40).

Tem-se, portanto, que a ferramenta mais utilizada no campo das redes é a Internet. Sua utilização faz com que os movimentos sociais atuem em toda a esfera global, ainda que indiretamente, utilizando-a como um "veículo elucidativo de suas demandas, projetos e objetivos". A Internet ocasiona a "desfragmentação da comunicação que antes estava localizada dentro das fronteiras nacionais, atingindo o nível global transnacional" (SILVA, 2016, p.249-250).

Hoje, a sociedade é caracterizada pela informação e pela tecnologia, de modo que a principal consequência desses dois desenhos é a comunicação instantânea. Nesse sentido, tem-se que "a autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais", na medida em que

permite que o movimento de forme, atue e se relacione com a sociedade em geral, sem ficar submetido ao controle do Estado (CASTELLS, 2013, p. 20).

A tecnologia inseriu-se de modo determinante nas relações internacionais, proporcionando novas possibilidades de ações que ensejou em processos de transformação da organização social. Surge, então, um novo padrão, com novas relações sociais no mundo da vida, com uma nova estrutura social que abrange a conformação de redes tecnológicas. No âmbito das novas tecnologias, houve a intensa proliferação dos meios de comunicação, que ensejou na construção das redes de informação e comunicação instantânea (FAZIO, 2012, p. 77).

Assim, os movimentos sociais não podiam de deixar de ser influenciados por essa nova onda de comunicação. Considerando que as ações coletivas dos movimentos sociais apresentam-se sob todos os formatos, porque "a transformação da sociedade não é predeterminada por leis a-históricas que operam com base no destino divino ou nas profecias ideológicas", tem-se, assim, que "qualquer mudança estrutural nos valores institucionalizados em uma sociedade é o resultado de movimentos sociais, independentemente dos valores propostos por cada movimento" (CASTELLS, 2015, p.354).

Na mesma linha, Castells (2015, p.355) considera que "os movimentos sociais são formados pela comunicação de mensagens de raiva e esperança". Nesse sentido, o autor afirma que é a estrutura específica da comunicação instantânea existente em uma sociedade que molda os movimentos sociais.

A atuação dos movimentos sociais em redes pode ser verificada também a partir de uma progressão evolutiva. O sistema de rede emerge na forma de agrupamentos que se disseminam e estão escassamente conectados. Em segundo lugar, esse sistema de redes começa a desenvolver conexões, direcionando-o nessa era poderosa de invenção da rede global, para os mais diversos objetivos.

Nessa linha, nota-se que as ações dos movimentos sociais e suas manifestações no cenário internacional por meio das redes configuram um processo dominante na atual era informacional, uma vez que atingiu a própria noção de poder neste espaço, demonstrando um novo paradigma da tecnologia da informação que se expressa pela atuação por meio das redes (OLIVEIRA, 2016, p. 19-20).

A capacidade dos movimentos sociais de exercer influência direta na opinião pública internacional sobre os demais atores do sistema internacional decorre da forma com que as ações dos movimentos sociais se disseminam no cenário internacional, movidas especialmente através da Internet.

Com isso, as redes sociais presentes na internet tornaram-se determinantes para a disseminação e a intensificação dos movimentos sociais, uma vez que mobilizam e incentivam as pessoas a se reunirem e a ocupar o espaço público na busca de mudanças sociais. Os movimentos sociais se organizam, estabelecendo sua presença a partir de ocupações específicas na internet, especialmente através da criação de sites, grupos no Facebook, fóruns, blogs e divulgação de vídeos e imagens (CASTELLS, 2013, p.134-135).

Castells considera que os movimentos sociais formam "redes dentro do movimento, com outros movimentos do mundo todo, com a blogosfera da internet, com a mídia e com a sociedade em geral". Além disso, os movimentos sociais geralmente se iniciam em redes sociais, e assim, tendem a se tornar um movimento ao ocupar um espaço urbano, porque, da rede social, manifestam-se nas praças públicas e nas ruas, através das manifestações populares (2013, p. 164).

Na atual era da sociedade em rede e dos avanços da transmissão da informação por meio de fluxos e de forma instantânea, o protagonismo dos movimentos sociais dependerá cada vez mais de conhecimento e informação e do uso dessas ferramentas, especialmente da Internet, na busca de melhor dominar a rede e, assim, contar com suas extraordinárias vantagens em benefício de sua própria atuação (OLIVEIRA, 2016, p. 78).

Por isso, "as redes de comunicação multimodais constituem, em geral, o espaço público da sociedade em rede" (CASTELLS, 2015, p. 355). E é nesse cenário que os movimentos sociais protagonizam, na medida em que iniciam em contextos específicos por motivos particulares, constituindo suas próprias redes e construindo um espaço público virtual ao se conectarem às redes da internet, bem como um espaço real, ao se disseminarem pelo espaço público urbano.

Nessa linha, Castells (2013, p.165-171) reforça que é exatamente através das redes sociais digitais presentes na internet que os movimentos sociais mobilizam, organizam, deliberam, coordenam e decidem. A partir disso, a atuação dos movimentos sociais ultrapassa a instrumentalidade, mostrando condições suficientes para sobreviver e se expandir na busca de seus objetivos e direitos.

Por fim, verifica-se que o protagonismo dos movimentos sociais se manifesta na sociedade internacional globalizada através da rede, proporcionada pelos avanços tecnológicos nas comunicações, em decorrência do processo globalizante das últimas décadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização do presente estudo, verificou-se que os movimentos sociais constituem-se enquanto atores internacionais não estatais e que exercem um relevante protagonismo na sociedade internacional globalizada. A partir da emergência do fenômeno da globalização, os Estados, que até então eram considerados os exclusivos detentores de poder de influência e protagonismo na arena internacional, passam a ter sua soberania relativizada e seu poder enfraquecido.

Nasce, portanto, um novo contexto mundial, onde novos atores internacionais de natureza não estatal caminham ao lado dos Estados. Dentre eles, figuram os movimentos sociais, considerados coletividades que atuam no cenário internacional através de um grupo de indivíduos na busca de objetivos comuns a uma sociedade.

Verificou-se, ainda, que a sociedade internacional hoje é globalizada e em rede, porque, por força do fenômeno da globalização, os avanços tecnológicos nas áreas da informática, dos meios de transporte e de comunicações proporcionaram a emergência de uma nova era: a era informacional tecnológica em rede.

Hoje, portanto, a sociedade globalizada é informacional e nela atuam uma série de protagonistas que se disseminam pela estrutura social através das redes. Os movimentos sociais são atores internacionais que atuam por meio das redes, especialmente através da internet e dos fluxos de comunicação instantânea que tem a capacidade de atingir todos os locais do mundo.

A interconectividade da sociedade em rede hoje faz com que os movimentos sociais se disseminem por toda a estrutura global, manifestando seu protagonismo e expandindo seus objetivos e sua atuação para além das fronteiras estatais. Além do espaço virtual que ocupam, estão presentes no espaço real da sociedade civil, na medida em que as manifestações e protestos populares se realizam no domínio do espaço público urbano.

Por fim, verifica-se que os movimentos sociais são importantes atores internacionais e sua presença na arena internacional é extremamente necessária, especialmente por essa atuação de forma interligada, que congrega esforços comuns na busca de um mundo com maior igualdade, garantia dos direitos humanos, saúde, segurança, meio ambiente sustentável e consequentemente, uma melhor qualidade de vida.

6 REFERÊNCIAS

ARATO, Andrew; COHEN, Jean. **Sociedad civil y teoria política**. Tradução Roberto Reyes Mazzoni. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

ARNAUD, André-Jean. **O direito entre modernidade e globalização**: lições de filosofia do direito e do estado. Tradução Patrice Charles Wuillaume. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

BARBÉ, Esther. **Relaciones internacionales.** Madrid: Tecnos, 1995.

BEDIN, Gilmar Antônio. **A sociedade internacional e o século XXI:** em busca da construção de uma ordem judicial justa e solidária. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

_____. A sociedade global e suas possibilidades de realização: um olhar a partir das Relações Internacionais. In: OLIVEIRA, Odete Maria de. DAL RI JÚNIOR, Arno (Orgs.). **Relações internacionais**: interdependência e sociedade global. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003, p. 505-536.

BUECHLER, S.M. **Social movements in advance capitalism**: the political economy and cultural construction of social activism. New York: Oxford University Press, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **O poder da comunicação.** Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. 1 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

FAZIO, Marcia Cristina Puydinger de. **A sociedade civil global e a rede**: resistência à globalização desde cima? Ijuí: Ed: Unijuí, 2012.

_____. Protagonismos e cenários dos movimentos sociais globais: atores não estatais de resistência e o poder das redes. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org). **Relações internacionais, direito e poder**: cenários e protagonismos dos atores não estatais, v. I, p.323-363. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014, p. 323-364.

FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada**. São Paulo: Malheiros, 1999.

FERNANDES, Antônio José. **Relações internacionais contemporâneas**: do mundo da Europa à Europa do mundo. Itajaí: Univali, 1998.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 10 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. Movimentos sociais na América Latina: desafios teóricos em tempos de globalização. In: QUEVEDO, Julio; IOKOI, Zilda Márcia Grícoli (Org.). **Movimentos sociais na América Latina**: desafios teóricos em tempos de globalização. Santa Maria: MILLA CCSH, Universidade Federal de Santa Maria, 2007, p.9-25.

MAIA, Claudio Machado. Abordagens não dicotômicas do desenvolvimento: ação a distância, tecnologia informacional e o posicionamento estratégico de atores. In: OLIVEIRA, Odete Maria de. (Org.). **Relações internacionais, direito e poder**: atores não estatais na era da rede global. Volume III. Ijuí, Ed. Unijuí, 2016, p.283-307.

MATTAR, Khris. **O movimento de justiça global**: uma mobilização política de resistência?. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013.

MERLE, Marcel. **Sociologia das relações internacionais**. Trad. Yvone Jean. Brasília: UnB, 1981.

OLSSON, Giovanni. **Relações internacionais e seus atores na era da globalização.** Curitiba: Juruá, 2003.

OLIVEIRA, Odete Maria de. Relações internacionais, direito e atores não estatais: delineamentos de fundamentação. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). **Relações internacionais, direito e poder**: cenários e protagonismos dos atores não estatais: volume I. Odete Maria de Oliveira. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014, p. 33-131.

_____. **Relações internacionais**: estudos de introdução. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2013.

_____. O protagonismo dos atores não estatais pacíficos e violentos: a revolução da rede de redes. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). **Relações internacionais, direito e poder: atores não estatais na era da rede global.** Volume III. Ijuí, Ed. Unijuí, 2016, p. 39-86.

_____. **Teorias globais e suas revoluções**: elementos e estruturas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

REYNALDO, Renata Guimarães. Impactos dos movimentos sociais como atores não estatais e seu processo de transnacionalização. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). **Relações internacionais, direito e poder**: cenários e protagonismos dos atores não estatais: volume I. Odete Maria de Oliveira. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014, p. 365-424.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio. **O que são relações internacionais?** São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos Santos. A perspectiva de compreensão da América Latina a partir de seus movimentos sociais como possibilidade de percepção da integração. In: In: QUEVEDO, Julio; IOKOI, Zilda Márcia Grícoli (Org.). **Movimentos sociais na América Latina**: desafios teóricos em tempos de globalização. Santa Maria: MILLA CCSH, Universidade Federal de Santa Maria, p. 26-48.

SCOTT, A. **Ideology and the New Social Movements**. London: Unwin Hyman, 1990.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo-mundo e espaço-mundo. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Edgar A. (Orgs.). **Desafios da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 191-198.

SILVA, Andreia Rosenir da. O protagonismo de gênero como ator não estatal e o importante papel da rede em seu cenário. In: OLIVEIRA, Odete Maria de. (Org.). **Relações internacionais, direito e poder: atores não estatais na era da rede global.** Volume III. Ijuí, Ed. Unijuí, 2016, p. 231-282.